



## AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (IN)VISIBILIZADAS POR ATITUDES EXCLUDENTES: o preconceito no atendimento prioritário

Elaine M. LOPES<sup>1</sup>; Reginaldo A. SILVA<sup>2</sup>

### RESUMO

As pessoas com deficiência ainda são alvos de muito preconceito. Olhares de desprezo, descontentamento e exclusão ainda estão presentes na sociedade contemporânea. Esta, que vislumbra avanços tecnológicos e mergulha na Inteligência Artificial é a mesma que (des)valoriza e (des)respeita o seu próximo. Este trabalho visa conscientizar sobre a importância do atendimento prioritário às Pessoas com Deficiência (PcD), destacando a persistência do preconceito, especialmente em contextos educacionais. Utilizando observações empíricas, este relato de experiência, aborda uma usuária de cadeira de rodas e um aluno com o TEA, evidenciam-se as atitudes excludentes e capacitistas que ainda prevalecem. Por meio de ações pedagógicas, como reuniões e campanhas de conscientização, busca-se diferenciar prioridade de preferência, promovendo a inclusão e o respeito. Conclui-se que, apesar dos avanços, é crucial continuar educando a sociedade para superar a discriminação e garantir os direitos das PcDs em quaisquer ambientes que possam frequentar.

**Palavras-chave:** Cadeirante; Capacitismo; Discriminação; TEA.

### 1. INTRODUÇÃO

O preconceito no atendimento prioritário às Pessoas com Deficiência (PcD) é uma realidade persistente e profundamente enraizada na sociedade, refletindo-se em atitudes excludentes que comprometem a dignidade e o respeito dessa população. Embora as legislações estabeleçam claramente a prioridade no atendimento para PcDs, na prática, muitas dessas pessoas enfrentam desafios adicionais devido à invisibilidade de suas condições (Brasil, 2015). Essa invisibilidade não está associada à ausência de deficiência, mas sim à falta de compreensão e reconhecimento por parte de profissionais e do público em geral, que frequentemente subestimam ou ignoram as necessidades desses sujeitos (Siqueira; Dornelles; Assunção, 2020). Essa dinâmica cria um ambiente de discriminação sutil, porém constante, que perpetua a exclusão social e dificulta o acesso equitativo a serviços e direitos. O preconceito contra as PcD ainda é bastante expressivo. Uma pesquisa mostrou que 77% das pessoas com deficiência já passaram por pelo menos uma situação de preconceito durante seus deslocamentos pela cidade, motivo este, que justifica a escolha do presente tema (Campos, 2023).

No contexto das deficiências invisíveis, como as doenças crônicas, transtornos neurológicos e outras condições que não se manifestam fisicamente de forma óbvia, o preconceito assume formas ainda mais insidiosas. A ausência de sinais visíveis faz com que muitos PcDs sejam questionados ou desacreditados quando reivindicam seus direitos ao atendimento prioritário (Cruz; Barcelos,

<sup>1</sup> Licencianda em Pedagogia, Cuidadora de Apoio Educacional Especializado, IFSULDEMINAS – *Campus* Inconfidentes. E-mail: [elaine.lobes@ifsulde Minas.edu.br](mailto:elaine.lobes@ifsulde Minas.edu.br).

<sup>2</sup> Professor e Tradutor-Intérprete de Língua brasileira de sinais - Libras, IFSULDEMINAS – *Campus* Machado / *Campus* Inconfidentes. E-mail: [reginaldo.silva@ifsulde Minas.edu.br](mailto:reginaldo.silva@ifsulde Minas.edu.br).

2014). Esse tipo de discriminação, muitas vezes silenciosa, reforça estigmas e cria um ciclo de marginalização, onde as necessidades dessas pessoas são constantemente invalidadas; pode-se denominar essas atitudes de: capacitismo. O capacitismo é o preconceito e a discriminação da pessoa com deficiência. Os preconceitos resumem-se em crer que pessoas com deficiência são incapazes de tudo e são inferiores. A discriminação se expressa pelo tratamento negativamente diferenciado, uso de termos pejorativos, olhares de julgamento, invasão de privacidade e pela exclusão e pode se dar de maneira direta ou indireta (Silva, 2019; Braun, 2021, p. 100). Além disso, a falta de sensibilidade e treinamento adequado entre os profissionais de atendimento agrava essa situação, perpetuando atitudes excludentes que colocam em xeque a eficácia das políticas de inclusão.

Essa exclusão também se manifesta de maneira estrutural, onde as próprias instituições falham em adaptar seus procedimentos e espaços para atender de forma adequada as PcDs. As barreiras arquitetônicas, a falta de acessibilidade comunicacional e a ausência de políticas públicas eficazes são apenas alguns exemplos de como a invisibilidade das deficiências pode se traduzir em exclusão prática. Nessas situações, o preconceito não é apenas uma questão de atitude individual, mas de um sistema que não reconhece plenamente às necessidades diversificadas das PcDs. Isso gera uma dupla exclusão: a que ocorre no momento do atendimento e a que decorre da falta de infraestrutura e políticas que assegurem a efetiva inclusão (Braun, 2021).

Em suma, o preconceito no atendimento prioritário às pessoas com deficiência, invisibilizadas, é um reflexo de uma sociedade que ainda não conseguiu abraçar plenamente a diversidade humana em todas as suas formas. As atitudes excludentes, seja por desconhecimento, falta de empatia ou treinamento inadequado, continuam a colocar essas pessoas em uma posição de vulnerabilidade e desrespeito. Para que haja uma verdadeira inclusão, é imprescindível que haja uma mudança de paradigma, onde a valorização da diferença seja a base de todas as interações sociais e institucionais. Somente assim será possível garantir que as PcDs tenham seus direitos respeitados e suas necessidades atendidas, sem que precisem lutar constantemente por reconhecimento e dignidade (Braun, 2021).

É fato que o atendimento prioritário é lei. Porém, muitas vezes esse público é vítima de discriminação e preconceito. O que para muitos, aguardar em uma fila pode não ser um problema, para outros, como um cadeirante, por exemplo, é um fato gerador de desestabilização e causador de muitos transtornos. Estar em uma fila prioritária não é um privilégio, não é só para passar na frente, ser atendido mais rápido, é preciso esclarecer que o atendimento prioritário não se dá apenas durante a fila, mas em todas as etapas dos serviços (Madruça, 2010).

Apesar dos avanços e movimentos educacionais, que ocorrem há tempos, no propósito de acessibilidade a todos e sem distinção, na perspectiva da educação inclusiva, prevalecem ainda

expressões de preconceito por meio de atitudes excludentes e capacitistas da sociedade, e muito mais enfático, quando ocorre em ambiente escolar. Discutir o capacitismo e/ou outras formas de discriminação nesse ambiente é de extrema importância. A partir da experiência vivenciada, às percepções e inquietações no cotidiano educacional, o presente trabalho tem o objetivo de relatar, refletir e conscientizar a todo o público, quanto às necessidades e direitos de alunos PcDs.

## **2. MATERIAL E MÉTODOS**

Para a produção deste trabalho, foram reunidas informações empíricas durante observações colecionadas ao longo do primeiro semestre de 2024, e está ancorado à luz de Yin (2001), com abordagem qualitativa na investigação e o uso de técnicas específicas à coleta de dados e análises dos fatos. Com o intuito de conscientizar as ações da juventude contemporânea, quanto às suas atitudes excludentes - principalmente no âmbito educacional - foi realizada uma reunião pedagógica de modo a tecer estratégias (in)formativas a toda comunidade escolar e explanar sobre a diferença entre o preferencial e prioridade. Conquanto, prioridade é a condição de algo que ocorre em primeiro lugar, sendo tratado ou considerado antes dos demais. Por outro lado, preferência é o ato de preferir uma pessoa em relação a outra, ou de escolher uma coisa em detrimento de outra. Foram utilizados cartazes e adesivos fixados no refeitório e organizada uma fila prioritária, com a intenção de visibilizar e acessibilizar aos sujeitos, além de suas “credenciais” de PcD, o acesso preferencial.

## **3. RELATO DE EXPERIÊNCIA**

O presente trabalho configura-se em um relato de experiência vivenciado no cotidiano educacional junto a uma usuária de cadeira de rodas que, para a sua locomoção, necessita do apoio de guia, no percurso entre a via municipal e a escola - de ida e retorno -, bem como a de um aluno com Transtorno do Espectro Austista - TEA, ambos, nos seus respectivos desafios de experienciar a fila no refeitório mesmo tendo o direito das vagas especiais, reservadas a esse contexto.

Ainda que seja visível os identificadores dessa prioridade, como, por exemplo, o uso do cordão de fita com desenhos de girassóis e a cadeira de rodas, nota-se que o desdém, o olhar incomodado e a não aceitação do “passar à frente” na fila, gera inquietações que configuram a exclusão e o desrespeito. Como amenizar esse tipo de atitude? Que ações devem ser tomadas para que esse tipo de exclusão seja revertida em ações de solidariedade e não capacitistas, de empatia e não filantrópica?

É verdade que, embora haja inúmeras intervenções anticapacitistas e não excludentes, o trabalho a ser desenvolvido pela comunidade escolar é árduo. O empenho dessa comunidade se dá por meio de ações concretas, as quais devem ser desenvolvidas juntas aos discentes e assim elevar o nível de conscientização dos mesmos quanto à liberdade, à acessibilidade e os direitos daqueles que têm limitações físicas e necessitam, por ora, de apoio para o seu deslocamento, do respeito às suas

especificidades e na prioridade de não enfrentar uma fila, por exemplo. É desagradável, do ponto de vista do ser humano que tem ao outro o respeito como seu par, vivenciar, in loco, atitudes excludentes daqueles que deveriam demonstrar zelo, empatia e respeito com a diversidade.

Diferenciar prioridade de preferência é de extrema importância, pois em muitas filas, o preferencial nem sempre é prioritário. É visível a discriminação sofrida pela PcD. Estar nesse espaço, foi possível ouvir, por meio da comunicação entre os jovens, murmúrios e resmungos por verem a pessoa “pular a fila”. É preciso educar e trabalhar a empatia, para compreender o que é aceitável ou não de se perguntar ou comentar na convivência com pessoas com deficiência.

#### 4. CONCLUSÃO

A invisibilização das pessoas com deficiência no atendimento prioritário revela uma exclusão silenciosa e profundamente enraizada, reforçada por atitudes capacitistas. Apesar dos avanços legislativos e educacionais, o preconceito persiste, invalidando as necessidades de quem depende desse direito. Para superar essa realidade, é imperativo um esforço coletivo em promover empatia, respeito e sensibilização, garantindo que a prioridade não seja apenas um conceito, mas uma prática efetiva que respeite a dignidade de todos.

#### REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/43GBtUK>. Acesso em: 29 ago. 2024.

BRAUN, S. M. A. **Diário de professora artista:** ensaio sobre a invisibilidade das deficiências no contexto escolar. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/220353>. Acesso em: 02 set. 2024.

CAMPOS, A. C. Preconceito atinge 3 em cada 4 pessoas com deficiência ao se deslocar. Agência Brasil, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/RBm25>. Acesso em: 25 ago. 2024.

CRUZ, T. P.; BARCELOS, T. M. Deficiência e inquietações do olhar: em defesa da visão menor. **Póiesis Pedagógica**, Catalão-GO, v. 12, n. 1, p. 150-172. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/poiesis/article/view/31215/16809>. Acesso em: 25 ago. 2024.

MADRUGA, S. **Pessoas com deficiência e direitos humanos:** ótica da diferença e ações afirmativas. São Paulo. Saraiva, 2013.

SILVA, R. A. **O ingresso e a formação acadêmica do sujeito surdo:** singularidades, conquistas e desafios da educação inclusiva no espaço universitário. 211f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2M6Sqph>. Acesso em: 25 ago. 2024.

SIQUEIRA, D.; DORNELLES, T. G.; ASSUNÇÃO, S. M. Experienciando Capacitismo: a vivência de três pessoas com deficiência. In: GESSER, M.; BÖCK, G. L. K.; LOPES, P. H. (orgs.) **Estudos da deficiência:** anticapacitismo e emancipação social. Curitiba : CRV, 2020. 248 p.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.